

TERRITORIAL



As queimadas na Amazônia brasileira chamaram a atenção do mundo, tiveram repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, bem como revelaram uma crise internacional em pleno início do governo Bolsonaro. O estudo mostra a realidade da Amazônia não mencionada no discurso de Bolsonaro na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A intensificação de focos de incêndio na Amazônia

No mês de agosto deste ano, houve intensificação de focos de incêndio na Amazônia brasileira. As queimadas chamaram a atenção do mundo, tiveram repercussões na imprensa tradicional e nas mídias sociais, bem como revelaram uma crise internacional em pleno início do governo Bolsonaro. O crescimento do ritmo do desmatamento é um dos grandes responsáveis por emissões de gases de efeito estufa no Brasil, ocasionando em mudanças climáticas e nos distanciando das metas pactuadas em torno do Acordo de Paris.

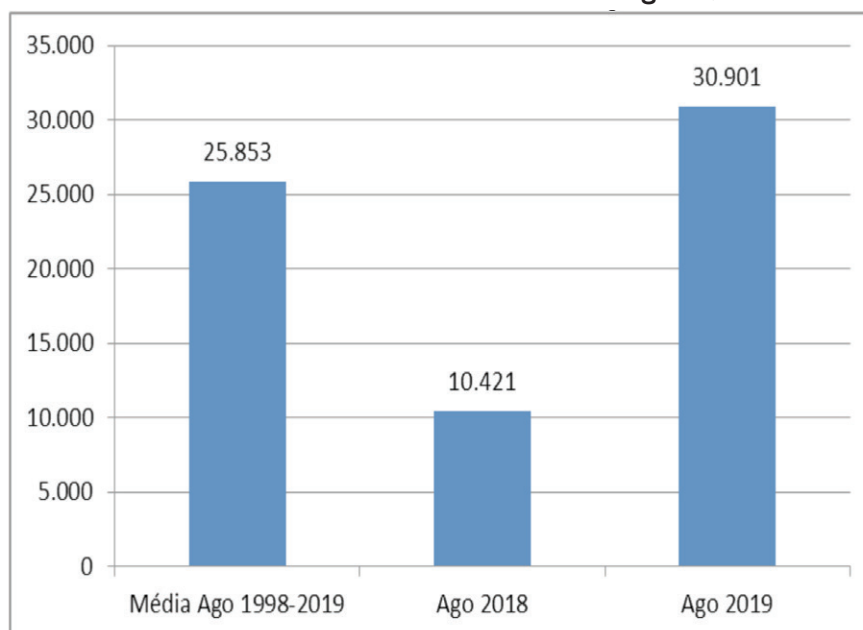
Em seu discurso na abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York, o presidente Jair Bolsonaro negou que esteja acontecendo algo errado na Amazônia, apresentou uma visão ultraliberal, antiindígena e banalizou as queimadas ocorridas no país. Em meio ao seu discurso ideológico, que separa o Brasil das demais nações, Bolsonaro só esqueceu-se de mostrar os dados e a realidade.

Na verdade, o que realmente vem acontecendo na

Amazônia brasileira é uma elevação dos focos de incêndio a partir de agosto de 2019. Com incêndios criminosos que iniciaram no denominado “dia do fogo”, as queimadas foram encaradas com preocupação ao redor do mundo e despertaram uma crise na recente gestão do governo Bolsonaro.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) ocorreram 30.901 focos de queimadas registrados na Amazônia durante o mês de agosto de 2019. Os focos de incêndios ocorridos no governo Bolsonaro foram três vezes mais do que os registrados no mês de agosto do ano anterior, equivalente a 10.421 focos - uma elevação de 196%.

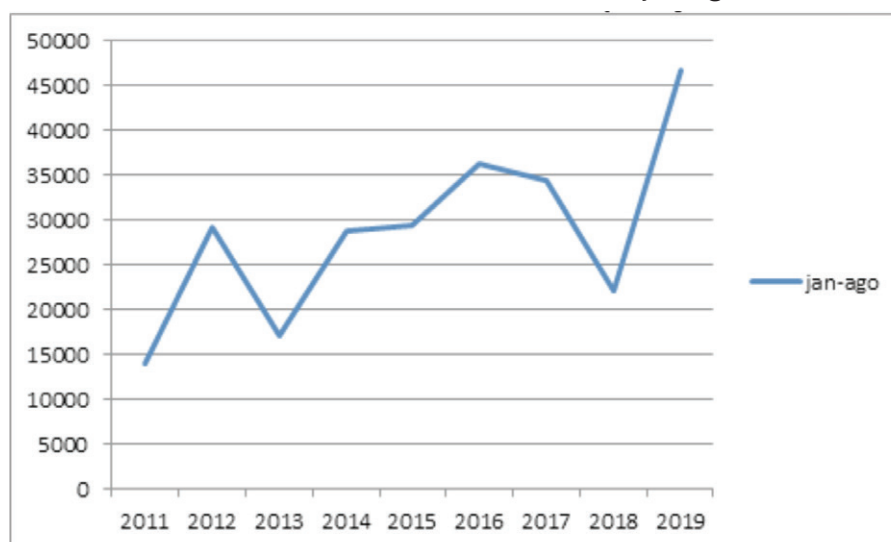
As queimadas ocorridas em agosto de 2019 superaram em 20% a média da série histórica de 1998-2019, período no qual existem informações mensuráveis sobre o tema. A média histórica para o mês de agosto foi de 26 mil focos, contra o patamar de quase 31 mil focos em 2019.

Gráfico 1 – Focos de incêndio na Amazônia – Agosto, 1998-2019

Fonte: Inpe, 1998-2019

Entre janeiro e agosto de 2019, ocorreram 47 mil focos de incêndio na Amazônia brasileira, o correspondente a um aumento de 111% em relação ao mesmo período de 2018. O patamar alcançado em agosto

de 2019 foi o maior desde 2011. Segundo dados do Inpe, a Amazônia concentra mais de 50% dos focos de queimadas deste ano.

Gráfico 2 – Focos de incêndio na Amazônia – jan-ago 2011-2019

Fonte: Inpe, 2011-2019

Diretamente relacionado aos incêndios, o desmatamento na Amazônia também cresceu em agosto de 2019 em relação ao mesmo mês de 2018. O substancial aumento de 222% revela que neste mês foram desmatados 1.701 quilômetros quadrados, área maior do que a da cidade de São Paulo,

que possui 1.521 quilômetros quadrados.

De acordo com os dados do sistema Deter do Inpe, a média de crescimento do desmatamento em 2019 foi 91% superior ao mesmo período do ano passado. No entanto, em consequência da conso-

lidação das práticas ambientais do novo governo foram nestes últimos meses que este crescimento tornou-se exponencial, superando os 200% de crescimento entre julho e agosto deste ano.

Vale lembrar que o ano de referência destas comparações, 2018, não foi um período de desmatamentos moderados, pois apresentou crescimento de 8% em relação a 2017, e que o mês de setembro de cada ano costuma ser o período mais propício a queimadas naturais, por ser o mais seco do ano na região. Isso acende um alerta, de que devem aumentar ainda mais as queimadas neste mês, e reforça outro, de que este aumento excessivo do desmatamento em períodos anteriores ao esperado foi fruto de queimadas intencionais.

O presidente Bolsonaro, ao encontrar-se encurralado pela desestruturação da política ambiental brasileira e pelo aumento do desmatamento, declarou que as queimadas estariam sendo feitas por ONGs para chamar atenção internacional - como de costume o presidente não apresentou nenhuma prova ou evidência a respeito.

Na verdade, as queimadas estão sendo usadas para limpar a terra de áreas recém-desmatadas, majoritariamente para que seja utilizada para atividades econômicas como cultivo agrícola ou pastagem para gado - conforme apontado por estudo do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam). As constatações do Ipam também indicam elevada associação entre municípios desmatadores e ocorrências de queimadas, entre eles Altamira, Porto Velho, Lábrea e São Felix do Xingu.

Em vez de acusar os ambientalistas pelos incêndios, Bolsonaro deveria repensar a desastrosa trajetória da política ambiental ocorrida em sua gestão. Ao abrir mão dos recursos provenientes da Alemanha e da Noruega para o Fundo Amazônia, Bolsonaro enfraqueceu todo o sistema de proteção das florestas brasileiras. Entre outros objetivos, o Fundo Amazônia financiava projetos governamentais para iniciativas de prevenção e combate a incêndios, bem como financiava ações do Inpe e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Dessa maneira, além dos grandes proprietários de terra da soja e do gado, a culpa pelo aumento das

queimadas também pode ser creditada ao cruzar de braços do governo, que reduziu drasticamente o orçamento dos serviços prestados pelo Ibama e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Os retrocessos do governo incluem corte de recursos para estruturação do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e corte de mais de cinco milhões de reais para fiscalização e combate aos incêndios realizados pela ICMBio. Os cortes orçamentários obrigaram o governo federal a reduzir em quase 25% o total de brigadistas temporários contratados para conter as queimadas.

Além de desestruturar a política ambiental, o governo estranhamente pretende alterar a forma de mensuração dos dados sobre o desmatamento. Caminhando nesse sentido, o Ministério do Meio Ambiente prevê a contratação de um sistema de monitoramento privado de uma empresa norte americana, deixando para traz todo o acúmulo do Inpe. O sistema privado chamado Planet já se encontra em teste gratuito dentro do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

Na verdade, o governo erra ao pretender trocar um serviço público exitoso prestado pelo Inpe por um serviço privado sem comprovação de qualidade. A metodologia do Inpe se baseia em imagens captadas por satélite e os pesquisadores do órgão afirmam que a mensuração do desmatamento tem precisão superior a 90%. O sistema Deter do Inpe possibilita que a floresta seja monitorada 24 horas por dia. O Deter foi criado pelo governo Lula em 2004, possibilitando um diagnóstico de áreas desmatadas superiores a trinta mil metros quadrados.

Em suma, o início do governo Bolsonaro está sendo caracterizado pelo avanço do desmatamento na Amazônia e por um conjunto de retrocessos na condução da política ambiental brasileira. O avanço do ritmo de desmatamento no período recente veio acompanhado por conflitos sociais pelo uso da terra e resultou no aumento da violência no campo. Isso vem causando boicotes comerciais de países importadores que defendem campanhas ambientais, bem como influenciado negociações de acordos comerciais entre o Mercosul e a União Europeia.